

## **Abordagem Institucionalista: breve crítica da “Teoria da Mobilização de Recursos”**

Diego Marques Pereira dos Anjos\*

Rubens Vinícius da Silva\*

Devido às mutações no interior do capitalismo, a produção sociológica acerca dos movimentos sociais se desenvolveu e fez emergir três abordagens<sup>1</sup> principais a respeito deste fenômeno social: a abordagem institucionalista (“teoria da mobilização de recursos”), a abordagem neoinstitucionalista (“teoria do processo político”) e a abordagem culturalista (“teoria dos novos movimentos sociais”).

No presente artigo iremos nos focar na abordagem institucionalista (“teoria da mobilização de recursos”), que surge nos Estados Unidos no final da década de 1960 como tentativa de responder às questões colocadas pelo capitalismo imperialista daquele país, na busca por superar as insuficiências presentes nas concepções explicativas então hegemônicas nos meios acadêmicos – psicologistas, funcionalistas, interacionistas, dentre outras – cujas discussões gravitavam em torno de aspectos que iam ao encontro dos estudos de comportamento coletivo.

---

\* Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendeu a monografia intitulada Meios e fins na Estratégia do EZLN sob orientação do professor Dr. Nildo Silva Viana. Mestre em Ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Marília), onde defendeu a dissertação intitulada *Votán-Zapata contra a Besta-Fera: Escritos do EZLN contra o Capitalismo no México* sob orientação do professor Dr. Jair Pinheiro. Defendeu a tese de Doutorado intitulada "Hoje a aula é na rua: estudo comparativo das organizações mobilizadoras MPL-SP (Brasil) e JRA (México)", no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC/Unb), obtendo o título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação do professor Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáez de Novion.

\* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI/FAMEBLU (2008). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau - FURB (2016). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás - PPGS-UFG (2019). Atualmente é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC).

<sup>1</sup> Conforme Viana (2017), a abordagem é um modo de interpretação da realidade por intermédio de um enfoque analítico e temático efetivado pelo pesquisador, tendo como premissa um conjunto de escolhas (analíticas e temáticas). As abordagens podem ser sistemáticas (tais como as ideologias) ou semissistemáticas: em se tratando da abordagem institucionalista, estamos diante de um exemplo da segunda forma, constituindo uma semi-ideologia. Isso porque as abordagens semissistemáticas carecem de sistematicidade, dando origem a um enfoque temático e analítico sem maiores desdobramentos e embasamentos ideológicos. A respeito do conceito de ideologia, partimos de Marx e Engels (2004), entendendo-a como um sistema de pensamento ilusório: trata-se de um pensamento complexo produzido pelos especialistas no trabalho intelectual, a partir da cisão entre este e o trabalho manual oriunda do surgimento das sociedades de classes, assumindo a forma de ciência, teologia, filosofia, etc. Ao lado das referidas abordagens e emergindo como uma crítica aos limites destas há a teoria dos movimentos sociais, cujo referencial teórico-metodológico é o marxismo.

Para cumprirmos com tal missão, o itinerário do texto cumprirá o seguinte percurso: inicialmente efetivaremos uma breve introdução histórica, aduzindo as principais determinações sociais, bem como o contexto da sociedade estadunidense de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Este foi o solo sob o qual brotou nosso objeto de estudo. Assim, esta digressão faz-se necessária sob o risco de incompreensão dos fundamentos e do conteúdo presentes na abordagem institucionalista.

Num segundo instante, iremos nos dedicar à apresentação dos principais elementos constitutivos da abordagem institucionalista. Aqui, nos utilizaremos em especial do ensaio *Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*, de autoria de John D. McCarthy e Mayer N. Zald. O referido material constitui referência obrigatória desta abordagem, por ter sido produzido por autores pioneiros e que durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970 defenderam as suas premissas.

Por último, a seção que encerrará nosso estudo é dedicada à crítica desta abordagem sociológica dos movimentos sociais, colocando sua contribuição e ao mesmo tempo enfatizando seus limites. Fazemo-lo devido à necessidade de não nos limitarmos a um estudo de caráter meramente descritivo: uma vez que a própria abordagem institucionalista busca contribuir para uma concepção não-apologética do fenômeno estudado, iremos tecer tais considerações acerca dos principais postulados existentes no seu interior.

### **Abordagem institucionalista: condições de possibilidade e emergência**

A abordagem institucionalista tem origem num determinado momento histórico da sociedade estadunidense, em virtude de um conjunto de transformações ocorridas em todas as esferas da vida social. Antes de iniciar nosso trajeto nesta abordagem, é fundamental realizar uma breve reconstituição destas mudanças sociais, as quais forneceram as condições de possibilidade para o seu surgimento.

No que concerne às transformações ocorridas no interior da esfera científica, na primeira metade do século XX a consolidação do capitalismo privado impulsionado pelos EUA constituiu uma tradição sociológica funcionalista, expressando um processo de institucionalização segundo os ditames do estado e da classe dominante. Isso se deu na forma de financiamento de pesquisas e análise dos movimentos sociais e de classe como manifestações de caráter inconsciente, motivadas não por necessidades sociais produto de condições materiais e relações de exploração.

Destarte, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento o regime de acumulação conjugado<sup>2</sup> nos países de capitalismo imperialista – que marca o surgimento do capitalismo oligopolista transnacional – a institucionalização da sociologia entrou em nova fase e um dos resultados foi o de criar explicações alternativas à teoria revolucionária. O novo regime de acumulação vem acompanhado de mutações culturais, políticas e ideológicas em virtude da derrota do nazifascismo (com o papel proeminente do bloco progressista e bloco revolucionário, além da força do movimento operário, do surgimento da Guerra Fria e da paulatina implementação de uma nova política estatal), apontando para uma nova hegemonia<sup>3</sup>, isto é, uma nova vigência cultural:

A nova hegemonia passava para o espectro mais democrático (pelo menos discursivamente) do bloco dominante e mais próximo do bloco progressista. Nesse contexto, marcado também por melhorias no nível de renda de grande parte da população, aumenta a mobilização popular que passa a realizar outras reivindicações que não são mais as exclusivamente salariais, condições de trabalho, transformação social, etc. A nova hegemonia do paradigma reprodutivista aponta para a tese da “integração da classe operária no capitalismo”, bem como para a ideia da sociedade como organismo ou estrutura estável que precisa “integrar” as classes e grupos sociais no seu interior. Por outro lado, as mobilizações vão aumentando com o passar do tempo e ganham maior força, visibilidade e radicalidade com a desestabilização desse regime de acumulação (VIANA, 2017, p. 16-17).

Dessa forma, no capitalismo imperialista o estado integracionista (ideologicamente denominado de “bem-estar social”) com sua política econômica voltada para o aumento da renda e o acesso aos bens coletivos, aliado à nova hegemonia discursiva democrática, propiciou as condições de possibilidade para a proeminência dos movimentos sociais. Com a burocratização<sup>4</sup> dos partidos e sindicatos na forma de seu atrelamento ao aparato estatal e

---

<sup>2</sup> A história do capitalismo, berço dos movimentos sociais, é a história da sucessão dos regimes de acumulação. Os regimes de acumulação são formas relativamente estabilizadas de um processo das lutas de classes, cristalizada numa determinada correlação de forças marcada por determinada forma assumida pelo processo de valorização (extração de mais-valor), determinada formação estatal e uma configuração das relações internacionais. O regime de acumulação conjugado, também chamado de intensivo-extensivo, se caracterizou pela hegemonia do fordismo, do estado integracionista (“bem-estar social”) e pelo imperialismo transnacional. Outro elemento do regime de acumulação conjugado foi a transferência de mais-valor absoluto dos países de capitalismo subordinado - nos quais este regime de acumulação nunca existiu - para os países do bloco imperialista, o que proporcionou, dentre outros elementos, a aplicação das políticas do estado integracionista nestes últimos (VIANA, 2009).

<sup>3</sup> “O conceito de hegemonia deve ser entendido como uma vigência cultural, ou seja, um fenômeno cultural no qual há a predominância de determinadas ideias, valores, noosfera (especialmente ideologias), concepções, representações cotidianas, etc. A hegemonia significa que diversas manifestações culturais são produzidas e reproduzidas constantemente numa sociedade ou em um setor delimitado dela, sendo aceitas e reproduzidas pela maioria da população ou por um setor da mesma” (VIANA, 2018, p. 82).

<sup>4</sup> O processo de burocratização das relações sociais significa o aumento da constituição de organizações burocráticas (nas quais existe a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de tomada de decisões e

à reprodução da acumulação capitalista, o proletariado é desmobilizado e “integrado” às relações sociais capitalistas (através de melhorias no consumo e renda, num contexto discursivamente democrático). Ao mesmo tempo, a cada vez maior burocratização no interior das universidades norte-americanas produz uma competição crescente no seio da esfera científica, em especial no que tange aos estudos sobre movimentos sociais (VIANA, 2017).

Esta nova correlação de forças permite um deslocamento da mobilização para outros setores da sociedade, o que promove a consolidação dos movimentos sociais. Durante a década de 1960, o movimento negro começa a se desenvolver nos Estados Unidos, o mesmo ocorrendo com o movimento estudantil. Já na segunda metade dos anos 1960 estes movimentos se consolidam e surge o movimento pacifista, como uma resposta à Guerra do Vietnã, numa situação marcada pelos primeiros sinais de crise e desestabilização do regime de acumulação conjugado. Cumpre reafirmar que as reivindicações elaboradas por estes movimentos eram distintas entre si, além de não estarem direcionadas unicamente aos pedidos de aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho:

É nesse contexto que surgem as abordagens pioneiras dos movimentos sociais. Nesse momento surgem concepções explicativas dos movimentos sociais. As concepções funcionalistas, psicologistas e interacionistas e outras aparecem e tentam explicar esse novo fenômeno social. De acordo com o “espírito do paradigma da época”, a discussão sobre movimentos sociais é encaminhada a partir de temas como desvio, da frustração, desajustes, comportamento coletivo, crenças, irracionalidade. No entanto, grande parte das abordagens consideradas pioneiras dos movimentos sociais não estão tratando exatamente deste fenômeno e sim de mobilizações, protestos, revoltas, etc. (VIANA, 2017, p. 18).

Assim, as primeiras rachaduras no regime de acumulação conjugado nos Estados Unidos constituem o pano de fundo que marca o aparecimento da abordagem institucionalista. Diante disso, explicitam-se divergências às concepções explicativas anteriores – as quais priorizavam sua análise nos desvios, frustrações, crenças, irracionalidade e questões comportamentais – no seio de uma sociedade cada vez mais competitiva, mercantilizada e cujo aumento da burocratização nas universidades se expressou nas disputas no interior da esfera científica. A abordagem institucionalista retoma elementos das abordagens anteriores, mas analisa outro fenômeno social: não os movimentos

---

fixação dos objetivos) e controle social. Em conjunto com a burocratização há a mercantilização das relações sociais, que é a transformação de tudo em mercadoria e mercancia: a mercantilização e burocratização das relações sociais e a competição social estruturam a sociabilidade capitalista. A este respeito, conferir Viana (2008; 2016a).

sociais em si e sim as organizações dos movimentos sociais (OMSs). A reemergência das ações coletivas possuía características específicas, distintas daquelas observáveis em outros movimentos.

Dessa forma, a dinâmica dos movimentos que apareciam não era mais passível de ser interpretada segundo os moldes expostos pelas concepções explicativas anteriores, que enfatizavam os sentimentos e ressentimentos dos grupos sociais. Um exemplo notório dessa mudança foi o mais importante destes movimentos (pelos direitos civis, conduzido pelos negros estadunidenses visando conquistar direitos sociais legalmente garantidos e até então historicamente negados), o qual constrangeu uma série de pesquisadores a remodelar os pressupostos analíticos para a compreensão destes novos fenômenos sociais. Deste modo, a explicação fundada nos descontentamentos de grupos e pessoas dá lugar a um ponto de partida segundo o qual os envolvidos em movimentos sociais são orientados segundo ações racionais, através das quais mediam a relação custo-benefício do seu compromisso, além de mobilizarem de modo estratégico os recursos necessários para a realização de seus objetivos (ALONSO, 2009; NUNES, 2014).

Foi a fragilidade das concepções explicativas anteriores, aliada às mudanças ocorridas em virtude do novo regime de acumulação (sobretudo a consolidação dos movimentos sociais existentes e o surgimento de novos) que conduziu à formulação da abordagem institucionalista, cuja hegemonia perdurou durante a segunda metade dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Passadas estas considerações introdutórias acerca da miríade de fenômenos que forneceram o pano de fundo para o aparecimento da abordagem institucionalista, passaremos ao segundo momento de nosso estudo, dedicado à descrição dos elementos básicos presentes nesta abordagem sociológica dos movimentos sociais. Para tanto, conforme mencionado, iremos nos valer fundamentalmente das contribuições de John McCarthy e Mayer Zald, os quais buscam sistematizar de forma coerente suas divergências com as concepções centradas no comportamento coletivo e nas frustrações individuais, abrindo caminho para o surgimento dos adeptos desta abordagem sociológica.

### **Abordagem institucionalista: principais características**

No tópico anterior fizemos um apanhado sintético das determinações histórico-sociais que forneceram as condições de possibilidade para a emergência da abordagem institucionalista. Agora iremos nos dedicar a enumerar e apresentar as influências

ideológicas e autores que sistematizaram os postulados presentes na abordagem, responsáveis pela elaboração de seus principais elementos definidores.

Ao analisar os principais componentes desta abordagem é possível perceber que a base ideológica é composta por elementos do pensamento de Max Weber, em especial a atenção concedida à necessidade de uma organização racionalizada, eficiente e organizada sob a forma burocrática, bem como a escolha e o cálculo racional como estratégias usadas por parte dos participantes dos movimentos sociais, visando explicar a emergência das OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Isso é perceptível, pois nesta abordagem é ressaltada a lógica de custos e benefícios. No mesmo entendimento, a abordagem institucionalista é caudatária dos trabalhos da escola marginalista de economia política: os componentes das organizações, setores e indústria de movimentos sociais são vistos como bens a serem adquiridos na forma de recursos obtidos, sendo úteis e necessários à formação e consolidação dos objetivos propostos pelos movimentos.

Do ponto de vista da produção intelectual sociológica acerca dos movimentos sociais, a principal influência dos primeiros escritos dos autores da abordagem institucionalista foi a obra de Olson, consagrada ao estudo da ação coletiva. Com McCarthy e Zald temos a consolidação desta abordagem, entendida como uma interpretação alternativa dos movimentos sociais, onde se ressalta a importância de determinados fatores tais como os recursos, a organização e as oportunidades políticas, indo além das hipóteses anteriores centradas no descontentamento (JENKINS, 1994).

Cumprido recordar que o foco desta abordagem é nas organizações dos movimentos sociais, as OMSs. Por conseguinte, seus principais representantes intelectuais foram John McCarthy, Mayer Zald, Doug McAdam, Anthony Oberschall e Joseph Gusfield, dentre outros<sup>5</sup>. A nova abordagem propunha uma perspectiva calcada na racionalidade dos movimentos: seus partidários se insurgiram contra as explicações calcadas em sentimentos irracionais.

Ademais, partiam da sociologia organizacional, dando especial atenção à analogia das organizações dos movimentos sociais (OMSs, principal elemento explorado nos trabalhos de seus adeptos) com as empresas. As organizações estudadas pelos membros da

---

<sup>5</sup> Com exceção do texto que serve de base para nosso trabalho, não existem traduções para o português dos trabalhos de autores que partiam da abordagem institucionalista. Posteriormente, muitos deles iriam se aproximar e basear suas análises na abordagem precedente, conhecida como “Teoria do Processo Político”, isto é, a abordagem neoinstitucionalista. Uma síntese deste processo pode ser conferida, no idioma espanhol, em (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996).

abordagem institucionalista foram basicamente as vinculadas ao movimento negro pelos direitos civis, tais como a NAACP (Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras, cujo grande referencial foi o reverendo Martin Luther King Jr.), a União Americana de Liberdade Civis, o CORE (Congresso da Igualdade Racial), dentre outras. No que tange ao debate sobre as organizações dos movimentos sociais, o modelo organizacional defendido por McCarthy e Zald se funda numa burocracia centralizada, sustentando a tese segundo a qual uma estrutura formal com uma divisão do trabalho clara maximiza as possibilidades de mobilização (JENKINS, 1994).

A abordagem institucionalista enfatiza a base social e as limitações do fenômeno movimento social. Examina a diversidade e ampla gama de recursos a serem mobilizados, as ligações entre os movimentos sociais e demais grupos, sua dependência com relação aos suportes externos (os quais podem garantir ou não o seu sucesso), além das táticas que as autoridades usam visando incorporar ou controlar os movimentos sociais. Esta abordagem se fundamenta muito mais nas ideologias políticas, econômicas e sociológicas do que sua predecessora (fundada a partir das contribuições da psicologia social do comportamento coletivo).

Depois de efetivarem uma série de observações nas quais expõem suas divergências às concepções explicativas anteriores, os autores apresentam a seguinte definição de movimentos sociais: “Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade”<sup>6</sup> (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 163). Aduzem que inexistem um consenso relativo à definição do que seria um movimento social. Sendo assim, enumeram uma definição inclusiva deste fenômeno. Justificam esta opção com base em dois motivos: a) objetivam relacionar esta produção com a maior quantidade de trabalho possível; b) esta definição permite a possibilidade de um movimento

---

<sup>6</sup> Maria da Gloria Gohn (1997) comete uma série de equívocos ao analisar a abordagem institucionalista e as concepções explicativas anteriores. Seu raciocínio gira em torno da afirmação segundo a qual a abordagem institucionalista (por ela denominada “Teoria da mobilização de recursos”) rejeita aspectos como o papel das crenças compartilhadas e da identidade pessoal, pois eram vistos pelas concepções explicativas anteriores (aqui mais uma vez Gohn se equivoca porque define as concepções explicativas anteriores como um só “paradigma” clássico/tradicional, ignorando suas especificidades e diferenças) sob aspectos de comportamento irracional das massas. Além disso, no que tange às concepções explicativas que antecederam a abordagem institucionalista (hegemônicas durante as décadas de 1930, 1940 e 1950) ela coloca Erich Fromm no rol dos seus representantes intelectuais, sendo que o próprio Fromm não escreveu muito sobre o fenômeno movimento social, além de partir de uma perspectiva oposta a de alguns expoentes destas concepções, como o sociólogo Neil Smelser e o psicólogo industrial Arthur Kornhauser.

social não ser representado por nenhum grupo organizado e ao mesmo tempo permite incluir organizações que, na sua origem, não representam movimentos sociais.

Deste modo, as organizações de movimento social necessitam de recursos, por mais parcos que estes sejam e independentemente de seu tipo. Somente assim podem trabalhar para a efetiva realização dos objetivos propostos. Nestes casos, indivíduos e outras organizações detém o controle dos recursos, os quais podem incluir dinheiro, trabalho, instalações e legitimidade. A quantidade das atividades está vinculada aos recursos controlados pelas organizações, sendo que algumas delas dependem do trabalho voluntário e outras de trabalho pago. Nas duas situações, os recursos necessitam de um controle, além de serem mobilizados antes das possibilidades de ação coletiva.

Dentro de um movimento social, há a existência dos aderentes (aqueles indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento) e os constituintes (aqueles que fornecem os recursos para uma OMS e para os movimentos). A tarefa principal da mobilização de recursos consiste na conversão dos aderentes em constituintes, bem como na manutenção do envolvimento destes últimos. Num nível distinto, há a necessidade de transformar os não-aderentes em aderentes. O público espectador se refere ao conjunto dos não-aderentes que não se opõem aos movimentos sociais e suas organizações. Estes são meras testemunhas das atividades realizadas pelos movimentos sociais. A distinção entre constituintes, aderentes, público espectador e oponentes possui diversas dimensões. Para tanto, McCarthy e Zald se utilizam do termo *pool* (conjunto) de recursos por estes controlados. Ademais, incluem os termos massa e elite visando uma melhor descrição deste processo.

Assim, a massa de constituintes, aderentes, público espectador e oponentes se referem ao conjunto de indivíduos e grupos que possuem o controle de *pools* bastante restritos. O conjunto (*pool*) mais limitado controlado pelos indivíduos é justamente seu tempo e trabalho. Já as elites dizem respeito aos que detém o controle de *pools* maiores de recursos. O tamanho do conjunto de recursos que uma pessoa ou organização controla e que pode ser destinado por uma OMS é uma das dimensões relativas à diferenciação acima descrita.

McCarthy e Zald elaboram o seguinte quadro de expressões: organização de movimento social (OMS): organização formal ou complexa que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social (ou um contramovimento) e tenta implementá-

los; indústrias de movimentos sociais (IMS): conjunto das OMSs, cujo objetivo é realizar as mais amplas preferências de um movimento social: aqui os autores fazem uma analogia com a definição econômica de indústria; e setor do movimento social (SMS): conjunto das IMS numa sociedade, independente dos movimentos sociais a que estão ligados. Segundo eles

As definições do termo central, movimento social, tipicamente incluíram elementos de preferência e ações organizadas com o objetivo de promover mudanças. Separar de forma analítica esses componentes, ao distinguir um MS e uma IMS, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados. Em segundo lugar, ele se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade. Em terceiro lugar, reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais uma OMS. Finalmente, a distinção permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um MS ou da intensidade das preferências dentro dele (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 166).

A tarefa posta pelos autores é a resolução da seguinte problemática: como agrupar as organizações de movimento social numa indústria de movimentos sociais? Eis uma tarefa difícil, posto que as OMSs específicas podem ser abrangentes ou se restringirem aos objetos e alvos estipulados. Em quaisquer contextos de ordem empírica, os analistas dos movimentos devem decidir quais critérios usar para definir os limites de uma ou muitas IMS. Todas as OMSs possuem objetivos alvos, ou seja, um conjunto de preferências de mudanças relativas às quais afirma estar existindo. Estes objetivos podem ser amplos ou restritos: são eles os elementos que vinculam conceitualmente as OMSs com SMS e IMS específicos. Visando justamente tornar mais compreensível a definição de movimento social apresentadas, elencam o que seria um contramovimento:

Um contramovimento é um conjunto de opiniões e crenças em uma população em oposição a um movimento social. Como é evidente, vemos movimentos sociais como nada mais do que as estruturas de preferências voltadas para a mudança social. (...) A fim de prever a probabilidade das preferências serem traduzidas em ação coletiva, a perspectiva da mobilização de recursos focaliza a organização preexistente e a integração dos segmentos de uma população que compartilham preferências (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 163-164).

Com relação às organizações de movimento social, um aspecto a ser ressaltado reside na valoração concedida à função e importância atribuída aos seus líderes: estes figurariam como gerentes e administradores, sendo que para obter sucesso um movimento deveria ter como pressuposto uma organização formal hierárquica. Apenas com a manutenção da organização é possível perseguir outros objetivos. Tal processo deveria estar

aliado ao aumento correspondente da especialização, o que garantiria a eficiência na forma de conquista dos objetivos propostos pelos movimentos. A profissionalização, produto de uma OMS com elevados fluxos de renda (ou seja, de uma organização grandiosa e consolidada) necessita um corpo de especialistas responsáveis pela realização de tarefas complexas. Assim, as exigências por captação de recursos e contabilidade conduzem irresistivelmente à formação de quadros profissionais.

Os autores levantam a hipótese segundo a qual quanto maior o setor de movimento social (SMS) e as Indústrias de Movimento Social (IMS) correspondentes, maiores são as chances do desenvolvimento de carreiras no interior dos movimentos sociais. As carreiras são entendidas como um conjunto de cargos ocupados por quadros de profissionais e aderentes agrupados em diversas organizações de movimentos sociais ou instituições que lhes servem de apoio. Este processo garante a maior oportunidade de garantia de um emprego fixo, independente do sucesso ou fracasso de uma determinada OMS.

Quanto mais antigas e consolidadas as OMSs, maiores são as possibilidades de se manterem ao longo do tempo. Em contrapartida as OMSs mais recentes tendem a possuir um ciclo de crescimento e em seguida entrar em declínio. No que concerne à estrutura de uma OMS e a posterior tarefa de mobilizar de recursos, McCarthy e Zald dividem o envolvimento e atuação dos seus componentes evidenciando ainda mais a comparação dos movimentos com as organizações burocráticas, na forma de uma rígida divisão social do trabalho:

Primeiramente, há o quadro, os indivíduos que estão envolvidos nos processos da organização da tomada de decisão. Os membros do quadro podem dedicar a maior do tempo a assuntos da organização ou apenas uma parte do seu tempo. Aqueles que recebem compensações, por mais escassas que sejam, e dedicam tempo integral à organização, chamamos de quadro profissional; aqueles que dedicam tempo integral à organização, mas não estão envolvidos em processos centrais de tomada de decisão, nós denominamos pessoal profissional; aqueles que, intermitentemente, dedicam seu tempo às tarefas organizacionais, não ao nível dos quadros, nós usamos o termo trabalhadores (lembre-se, os constituintes são aqueles que colaboram com tempo ou dinheiro) (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 179-180).

Devido a esta concepção dos movimentos e suas organizações como similares às empresas capitalistas, para os defensores desta abordagem as OMSs realizariam uma constante competição entre si visando a obtenção de recursos, adesões, apoio de agências governamentais, além de manipulação de imagens veiculadas pelos meios de comunicação.

O uso da imprensa e da tecnologia seria uma das principais formas de se dirigir à população, atraindo a atenção do público para os objetivos propostos pelas organizações.

Como o próprio nome já deixa entrever, o foco dos estudiosos desta tradição analítica gira em torno dos recursos. É justamente a obtenção de recursos que origina as OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Cada OMS possui objetivos alvos: uma série de preferências de mudanças, sob as quais se coloca em funcionamento (McCARTHY; ZALD, 2017). O fundamento da dinâmica pela busca e aumento de recursos parte da ideia de cálculo racional, examinando os custos e aduzindo os benefícios oriundos da competição entre as organizações, com o intuito de obter cada vez mais recursos indispensáveis para a realização dos objetivos almejados.

No ensaio, McCarthy e Zald propõem avançar ainda mais com relação à abordagem anterior, chamada pelos autores de tradicional. Esta última estaria centrada nas causas psicossociais do descontentamento e privações, que levariam ao surgimento de reivindicações a partir do compartilhamento de crenças e ideologias. Até então, as influências e fatores estruturais eram ignoradas ou pouco enfatizadas, levando os autores ao seguinte raciocínio: “Queremos passar de uma forte suposição sobre a centralidade da privação e reivindicações a uma fraca, tornando-a um componente, de fato, na geração dos movimentos sociais. No entanto, às vezes, um componente secundário” (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 158).

Esta suposição lança luzes ao fato de que os descontentamentos e a privação podem ser definidos, criados e manipulados a partir da iniciativa das organizações e também do empresariado. Deste modo, a partir do trabalho empírico dos autores, na forma de exemplos retirados da sociedade estadunidense, estes defendem que as organizações não se desenvolveram como produto direto das reivindicações (a não ser em casos indiretos): elas foram possíveis principalmente devido aos movimentos dos atores dos sistemas políticos. Para os adeptos da abordagem institucionalista, a preocupação reside na busca das ferramentas analíticas mais adequadas para a explicação dos processos de surgimento, consolidação e sucesso dos movimentos sociais e seus resultados (OMS, IMS e SMS).

Como dissemos, um dos pontos de partida desta abordagem pode ser encontrado nas reflexões de Olson e Oberschall. Estes autores entendiam que uma vez os movimentos sociais tendo proporcionado bens coletivos, algumas pessoas iriam por conta própria arcar com os custos de trabalho necessários à obtenção destes bens. Assim, a explicação dos

comportamentos coletivos exige uma atenção específica à seleção dos mecanismos, incentivos e estrutura de redução de custos. Ademais, os benefícios profissionais que conduzem ao comportamento coletivo também estão embutidos neste processo explicativo.

Um dos argumentos mais consistentes do ensaio gira em torno da tese fundamental desta abordagem: a centralidade na busca de recursos (especialmente tempo, dinheiro e trabalho) para compreender as ações das organizações de movimentos sociais. Os recursos são basilares para o engajamento nos conflitos e por conta disso precisam ser captados, visando atingir os objetivos coletivos. Este processo de busca dos recursos exige um mínimo de organização. Além disso, Zald e McCarthy elencam outros três pressupostos que seriam essenciais para a explicação dos movimentos, a saber: a) o reconhecimento de pessoas e organizações externas à coletividade que o movimento representa; b) o reconhecimento de um modelo de oferta e procura a ser aplicado na dinâmica do fluxo de recursos dos movimentos sociais específicos; c) a importância da lógica de custos e benefícios para compreender os níveis de envolvimento (individual e organizacional) nas atividades dos movimentos, sendo que estes últimos são afetados de modo decisivo pelas atividades das autoridades e também pela estrutura social (McCARTHY; ZALD, 2017).

Os autores contrastam as tentativas de explicação anteriores com a “teoria da mobilização de recursos”, vista como emergente. Realizam esta análise a partir de três eixos: a base de apoio, as táticas e estratégias e a relação com a sociedade. No primeiro ponto, ao passo que a abordagem tradicional coloca que os movimentos sociais são fundados no descontentamento da população, que forneceria os recursos e a força de trabalho necessários (sem incorporar os apoios externos) a abordagem institucionalista pondera que os movimentos podem ou não se fundar nas reivindicações dos beneficiários presumidos (aqueles que se beneficiam diretamente quando as OMS realizam seus objetivos). Existe a possibilidade de os constituintes conscientes (apoiadores diretos de uma OMS, os quais não se beneficiam de modo direto quando estas atingem seus propósitos) fornecerem apoio, seja ele individual ou mesmo organizacional. Também há casos onde os apoiadores (fornecedores de dinheiro, instalações e, em alguns contextos, até de sua força de trabalho), podem mesmo não possuir compromisso algum com os valores que fundamentam os movimentos específicos (McCARTHY; ZALD, 2017).

Com relação às táticas e estratégias, a chamada “abordagem tradicional” parte do princípio segundo o qual os líderes de um movimento social se utilizam da persuasão,

barganha e até da violência, visando conquistar uma esfera de influência junto às autoridades no sentido da mudança. Para tanto, tais escolhas estariam condicionadas ao seu relacionamento e sucessos havidos nos embates anteriores com as autoridades e sua ideologia. Ademais, as táticas têm como influência a institucionalização e oligarquização organizacionais: a abordagem institucionalista se preocupa com as interações entre movimentos e autoridades, evidenciando que as OMSs possuem um rol de tarefas estratégicas, as quais incluem a mobilização dos apoiadores, além da neutralização e/ou transformação das massas e frações da elite em simpatizantes, no sentido de alcançar mudanças nos objetivos. Desse modo, determinados dilemas tendem a surgir no processo de escolha das táticas, uma vez que algumas delas podem contribuir para a conquista dos objetivos. Contudo, estas simultaneamente revelam a possibilidade de contradizer os comportamentos destinados à conquista de outras reivindicações. As táticas são diretamente influenciadas pela competição e cooperação no seio das organizações (McCARTHY; ZALD, 2017).

No que diz respeito às relações com o restante da sociedade, a “abordagem tradicional” ignora as formas pelas quais as organizações dos movimentos podem vir a usar o ambiente segundo seus propósitos. A ênfase concedida ao grau de hostilidade ou tolerância na sociedade revela um tratamento descritivo das relações entre sociedade e cultura, produto da falta de foco organizacional comparativo dos estudos de caso. A nova abordagem (centrada na mobilização de recursos) parte do pressuposto segundo o qual é a sociedade quem fornece as condições utilizadas pelas indústrias do movimento social: estas condições abarcam meios de comunicação, despesas, grau de acesso aos centros institucionais, redes preexistentes, estrutura das ocupações e seu crescimento (McCARTHY; ZALD, 2017).

Outra distinção elaborada se relaciona com o alcance dos objetivos da OMS e os grupos que podem ou não ser beneficiados em virtude da realização dos objetivos organizacionais. Extraíndo o exemplo do movimento das mulheres, os autores colocam que aquelas que não se opõem ou não possuem preferências com tal movimento podem vir a se beneficiar do mesmo, no caso do surgimento de oportunidades de trabalho conquistadas por grupos femininos. São potenciais beneficiários os indivíduos diretamente beneficiados em virtude da realização dos objetivos das organizações de movimentos sociais.

Em se tratando da tarefa de mobilizar recursos, as OMSs tendem a centralizar seus esforços na busca por converter o público espectador formado por potenciais beneficiários

em aderentes: além disso, a expansão dos objetivos pode visar o aumento do grupo de potenciais beneficiários entre os cidadãos, na forma de benefícios secundários (através de noções de uma sociedade mais justa, dentre outras possibilidades). Sobre a relação entre a capacidade de atrair recursos e ação dos aparatos repressivos do estado, os autores assim se posicionam:

O potencial de mobilização de recursos das OMSs também é afetado pelas autoridades e agentes delegados de controle social (por exemplo, a polícia). Embora as autoridades e agentes de grupos de controle normalmente não se tornam constituintes de uma OMSs, a sua capacidade de frustrar (através do que é geralmente denominado controle social) ou para permitir a mobilização de recursos são de importância crucial. Sua ação afeta a disponibilidade dos espectadores, aderentes e constituintes para alterar seu próprio *status* e compromisso. E esses mesmos agentes podem se tornar aderentes e constituintes. Porque eles nem sempre agem de comum acordo (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 171-172).

Outra separação efetuada por uma OMS se traduz na tentativa de mobilizar como aderentes os indivíduos que não se encontram na condição de potenciais beneficiários. Diante disso, os aderentes conscientes seriam grupos e pessoas participantes do movimento social vinculado a OMS, os quais não se beneficiam diretamente caso seus objetivos sejam alcançados. Já os constituintes conscientes são os apoiadores diretos de uma OMS: do mesmo modo que os aderentes conscientes, os constituintes não são diretamente beneficiados quando uma OMS realiza seus propósitos.

Para McCarthy e Zald, a divisão estabelecida entre grupos (massa ou elite; público espectador beneficiário ou consciente; aderentes, oponentes e constituintes) dá conta de sistematizar os dilemas e formas de mobilização concernentes às OMSs específicas. A OMS cujo enfoque se dá nos aderentes beneficiários dos recursos é chamada de clássica, ao passo que aquelas organizações de movimentos sociais que angariam seus recursos em especial para os aderentes conscientes, utilizando-se de poucos deste para o trabalho organizacional são entendidas como OMSs profissionais. Fundamentados no trabalho empírico, os autores advertem para o fato de que nas sociedades modernas (nas quais temos a presença cada vez mais crescente dos meios de comunicação, recursos indispensáveis para o aumento dos aderentes e constituintes no interior das OMS) o conjunto de recursos que permite a emergência e expansão dos movimentos sociais é consideravelmente maior do que em sociedades menos desenvolvidas. Nestas últimas o conjunto de recursos (dinheiro, tempo e

trabalho) é consideravelmente menor em comparação com a sociedade capitalista, na qual surgem os movimentos sociais e suas organizações.

Por último, é possível sintetizar o modelo de mobilização de recursos proposto por McCarthy e Zald como dotado de ênfase na dinâmica estabelecida entre a quantidade de recursos disponíveis, a preexistência de estruturas de preferência organizadas e as tentativas realizadas com vistas ao atendimento das demandas de preferências. O esforço dos pioneiros da abordagem institucionalista busca fornecer elementos para a explicação dos processos de ascensão, estabilidade e queda dos movimentos sociais.

A partir de meados da década de 1970 a abordagem institucionalista perde sua força interpretativa e hegemonia: em virtude da crise do regime de acumulação conjugado, muitos de seus adeptos passam a contribuir para a constituição da abordagem sociológica dos movimentos sociais que lhe foi posterior, a abordagem institucionalista (“teoria do processo político”). Dentre o período de surgimento e consolidação foi desenvolvido um conjunto de explicações, estudos de caso, reflexões, seminários e debates: da segunda metade dos anos 1960 até o começo da década seguinte, a abordagem institucionalista foi hegemônica no estudo dos movimentos sociais e suas organizações.

Ganhando força em uma época de transição, resultado da própria atuação dos movimentos sociais da época, a hegemonia da abordagem institucionalista é perdida quando finaliza a crise que se iniciou com a crise do regime de acumulação conjugado dá origem à emergência do regime de acumulação integral. Este processo é resultado de mutações intelectuais geradas pela sucessão do regime de acumulação. Assim, a abordagem neoinstitucionalista – cuja definição de movimentos sociais remete aos confrontos políticos – se baseia no deslocamento do foco analítico da abordagem anterior, focada nas organizações dos movimentos sociais. A abordagem neoinstitucionalista centraliza e põe ênfase demasiada no interior da política institucional, centrando-se no aparato estatal (VIANA, 2017).

Terminada a descrição das características principais da abordagem institucionalista, iremos passar para o próximo tópico de nosso trabalho, onde serão os expostos os equívocos e apresentados os méritos desta abordagem sociológica dos movimentos sociais.

### Limites e contribuições da abordagem institucionalista

A sociedade estadunidense é uma totalidade concreta. Dessa assertiva pode-se depreender que o conjunto de esforços intelectuais consolidado na abordagem institucionalista forma parte das reflexões acerca de um fenômeno social específico de uma determinada expressão da luta de classes da época, os movimentos sociais. Quem for discutir as ideias da abordagem institucionalista e se isolar no seu desenvolvimento interno não pode chegar à conclusão do porquê a ação racional, o cálculo custo-benefício, a ênfase na organização se ergueram como diretrizes desta abordagem. Porém, uma vez rompido o isolamento das ideias, descobre-se os vínculos sociais: a dinâmica específica desta sociedade, suas lutas e a época em que determinadas ideias foram produzidas, bem como os interesses de classe as quais correspondem e manifestam.

A sociologia estadunidense tem seu desenvolvimento relativamente autônomo das influências europeias. Com versões próprias das perspectivas holista e individualista, a sociologia nos EUA desenvolve-se paulatinamente em meados do século XIX. Com relação aos aspectos institucionais, a partir das primeiras décadas do século XX tal processo – marcado pelo aumento da competição social, da burocratização e da mercantilização das relações sociais – avançou enormemente. Além da elaboração de duas grandes correntes de interpretação (de um lado o interacionismo da Escola de Chicago, e do outro o funcionalismo parsoniano) desde então os Estados Unidos viram surgir uma série de instituições, agências, universidades, canais de financiamento, público e privado, que auxiliaram na constituição e consolidação das ciências sociais neste país.

A feição institucionalista que se reforça neste período de consolidação das ciências sociais na maior potência capitalista tem origem nas próprias tradições do pensamento social estadunidense. Isso foi ressaltado por diferentes analistas: trata-se de uma tendência mais conservadora que a gestada com o chamado “pensamento social Europeu”. Neste sentido, tal especificidade foi ressaltada por autores considerados clássicos, como Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*. Da mesma forma, foi também aceita nos estudos do século passado, como demonstra a obra *O espírito norte-americano* escrita por Henry Steele Commager, que aponta para as orientações moralistas e pragmáticas como fundantes do pensamento social e político nos EUA (COMMAGER, 1969).

Entre fins da década de 1940 até os primeiros anos da década de 1960, o modo de produção capitalista vive uma fase de intensa pujança. Este processo ocorreu via ampliação

da extração de mais-valor, na forma de aumento da exploração e conseqüente aumento do mercado consumidor para a totalidade do mundo. Ao intensificar o desenvolvimento das forças produtivas que lhes são próprias aos demais países do globo, o capitalismo se consolida nos países “industrializados”, ao mesmo tempo em que coloca sob sua dinâmica os países de capitalismo subordinado. Os EUA são a principal potência capitalista do mundo e é nesta sociedade onde o modo de vida e as instituições do capitalismo encontram as condições sociais propícias para o seu maior desenvolvimento e complexificação.

Interessante notar que, neste período de regime de acumulação conjugado, os países imperialistas (que experimentam a sensível melhora nas condições de vida de sua população) só conseguiram efetivá-la em detrimento das condições opostas nos países onde as relações sociais capitalistas ainda conviviam com outros modos de produção, ou seja, durante um período paulatino de destruição destas relações em favor da hegemonia da produção capitalista de mercadorias. Nesse sentido, pouco se fala do impacto direto destas condições no estudo e análise dos movimentos sociais: tanto que os historiadores atuais voltados para a questão e que buscam traçar uma longa história dos movimentos sociais dão um salto histórico em suas cronologias, pulando dos anos de 1920 (lutas sufragistas, direitos da mulher, cujos maiores exemplos são os movimentos de classe, sobretudo o movimento operário) para o mítico ano de 1968 (TILLY, 1978).

As ciências sociais nos Estados Unidos voltaram suas preocupações para as questões institucionais, fazendo com que toda a atividade social fosse compreendida sob as lentes de análise das instituições. Assim, a diversidade dos conflitos de interesses que então emergiam e não eram canalizados para as instituições (manifestações, encontros, greves e disputas salariais, ações espontâneas de descontentamento, etc.) eram analisados a partir do que elas não tinham de institucional: a ausência (de organização, normas, lideranças e hierarquias, fundo de rendas, etc.) de certos elementos como indicadores de um fenômeno não compatível com o restante da sociedade (economia, política, cultura). Durante o regime de acumulação conjugado houve a criação das condições políticas, culturais e econômicas que provocaram o avanço irresistível da burocratização das organizações: os fenômenos não compatíveis com a “era do progresso” só poderiam representar as ausências, as irracionalidades e a incapacidade de reproduzir a ordem social.

As privações e crenças, (as quais McCarthy e Zald dedicam um tópico de seu artigo) são elementos fundamentais para a explicação de um movimento social. Contudo, seja

negando as análises das privações e crenças seja pelos estudos que apontaram a irracionalidade e não-institucionalidade de ações coletivas e movimentos sociais, a abordagem institucionalista acaba por se tornar continuadora das concepções explicativas anteriores: em especial pelo forte empiricismo, ou seja, pela pobreza que se mantém presa aos limites das pesquisas quantitativas, descritivas, etc. que não conseguem superar as aparências dos fenômenos sociais estudados.

Sem dúvida, uma das originalidades da abordagem institucionalista é a distinção entre Movimentos Sociais, Organizações de Movimentos Sociais, Indústria de Movimentos Social e Setor de Movimento Social. Quase todo trabalho sociológico é sobre alguma organização de um movimento social: os institucionalistas analisaram as organizações supondo sua correspondência com o movimento social como um todo. Isto ocorreu devido às poucas e frágeis definições existentes sobre o que realmente se entende pelo fenômeno, ao lado das bases ideológicas desta abordagem.

A abordagem institucionalista inverte esta prática comum de estudo. Deixa de estudar os movimentos sociais para efetivamente estudar as organizações que surgem dos movimentos sociais: devido às suas bases ideológicas, era inevitável aos institucionalistas isolarem as organizações dos movimentos sociais do restante da totalidade concreta. A União Americana de Liberdade Cívica, o Congresso da Igualdade Racial, a Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras eram organizações de grande conhecimento da população, pois eram as maiores e as mais organizadas, reunindo um grande contingente de membros e simpatizantes.

À título de comparação, na lógica desta abordagem caso o pesquisador que se inicia no estudo do movimento estudantil no Brasil contemporâneo ter como objeto de estudo a UNE, esta serve de parâmetro para a existência do movimento estudantil brasileiro na sua totalidade. Por serem as mais visíveis, estas organizações são mais estudadas, e este estudo sob a ótica da abordagem institucionalista contribuiu para diferenciar entre as organizações dos movimentos sociais e as demais ramificações deste fenômeno.

Desse modo, ao contestar os postulados das concepções explicativas anteriores dos movimentos sociais na sociedade capitalista estadunidense, a abordagem institucionalista insere uma nova determinação: o uso de recursos (tais como tempo, trabalho, dinheiro, ideias, atividades, etc.) pelos movimentos sociais. É no uso dos recursos, em sua mobilização, que se gera a racionalidade das organizações dos movimentos sociais. Assim,

quanto maior a sua institucionalização (através da burocratização) bem como os recursos movimentados, maiores serão suas chances de sucesso. O uso dos recursos em volume crescente é acompanhado pela mercantilização dos movimentos sociais, bem como do conjunto de suas organizações.

Guiados e limitados de modo intransponível por ideologias como a “teoria” da escolha racional, a escola marginalista na economia, a concepção weberiana de racionalização e burocracia, além de elementos da sociologia das organizações, os adeptos da abordagem institucionalista descobriram nos recursos a raiz de existência dos movimentos sociais, sem os quais não existiriam as organizações. Na sociedade capitalista (onde o meio de consumo hegemônico é a compra via dispêndio de dinheiro) os movimentos sociais são consumidores de recursos: ao menos para existirem enquanto organizações reais. A possibilidade real de mobilizar pessoas, trabalho, dinheiro, ideias, instituições é percebida pelos institucionalistas como razão de ser das organizações dos movimentos sociais. Não se trata apenas de privações, ideias, objetivos, etc., mas tão-somente a capacidade de dispor de recursos.

Se os recursos são a materialização das organizações, as organizações com mais recursos serão as maiores, mais complexas, mais racionalizadas, mais institucionalizadas. No universo dos dados empíricos, a burocratização é a consolidação das OMS, que passa a possibilitar no seu interior a profissionalização e especialização ampliada, o carreirismo entre seus membros. A abordagem institucionalista demonstrou que dentro das organizações dos movimentos sociais, as mais bem-sucedidas são as organizações com maior complexidade burocrática e inserção na mercantilização. Este é um mérito desta abordagem, na medida em que desmistifica elementos importantes das explicações apologéticas dos movimentos sociais e suas organizações.

A abordagem institucionalista vai enfatizar a organização e não os movimentos propriamente ditos. Contudo, podemos destacar que sua definição de organização é ambígua, por tornar sinônimos os termos instituição e burocracia. Se de um lado ressalta algo produzido pelos movimentos sociais, suas organizações, por outro lado, submete este elemento específico a uma determinação geral e absoluta, a mobilização dos recursos. É exatamente neste ponto onde reside o principal limite desta explicação: se apropriar de um elemento isolado da sociedade capitalista, abstrai-lo e transferi-lo como fator absoluto de explicação dos movimentos sociais e suas organizações. Deste modo, temos cristalizada uma

espécie de determinismo dos recursos, uma forma de consciência fetichizada que reflete um produto da sociedade capitalista (seus recursos) de forma autônoma e com vida própria.

Os recursos secundarizam as organizações: mesmo se propondo a uma “teoria parcial” sobre os movimentos sociais, os institucionalistas não produzem mais do que uma definição rudimentar, extremamente abstratificada e ampla deste fenômeno. Sua falta de sistematicidade se revela na junção de distintas ideologias e também na fraqueza de sua capacidade explicativa: isso porque não dá conta de apresentar nem a unidade, nem tampouco a diversidade que é um movimento social, enquanto fenômeno social, e os movimentos sociais específicos, a forma concreta em que se dá a unidade e a diversidade na constituição do movimento social (VIANA, 2016c). Prova disto é que consideram a fração Bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo como um movimento social, fundindo diferenças essenciais sob a mesma ideia explicativa.

Ao propor do desdobramento do estudo dos movimentos sociais nas organizações dos movimentos sociais, na formação de indústrias dos movimentos sociais e no setor dos movimentos sociais, pareceria que os institucionalistas teriam fôlego para complexificar suas afirmações. O que se verificou foi que, na verdade, as definições estabelecidas pela abordagem institucionalista foram de caráter classificatório. Isso porque seus adeptos baseiam-se em dados extraídos da realidade e depois lhes generalizam, o que por consequência só viria a confirmar o elemento fundante: os recursos. Neste ponto, a abordagem institucionalista fica a meio caminho do que se propõe.

Em síntese, podemos colocar os limites da abordagem institucionalista com base nos seguintes elementos indissociáveis: a) a base ideológica, sem maior aprofundamento nas reflexões, pois além de ignorar os elementos “irracionais” presentes nas organizações de movimentos sociais, acabam reduzindo os seres humanos a uma espécie de psicologia do consumidor, o que se reforça devido à incompreensão da dinâmica capitalista que cimenta as filiações ideológicas; b) centralidade demasiada nas organizações, que são isoladas da totalidade das relações sociais concretas, ocultando-se suas especificidades e dando a entender que os movimentos sociais seriam meros apêndices das organizações, indústrias e setor de movimento social; c) derivado disso, outra limitação é a aplicação de um modelo oriundo das organizações empresariais, confundindo organização burocráticas com

organizações em geral<sup>7</sup>; d) devido as deficiências metodológicas, o abandono da totalidade das relações sociais revela o desprezo por certos aspectos que são essenciais para explicar a dinâmica das OMS, IMS e SMS. As contribuições e méritos dos institucionalistas foram analisar uma importante ramificação dos movimentos sociais (as organizações). Em que pese os limites analíticos, a abordagem institucionalista contribui para entender a imposição do cálculo mercantil aos movimentos sociais e o processo de tendência à burocratização das organizações mobilizadoras:

De qualquer forma, a abordagem institucionalista contribui para uma análise do processo de mercantilização e burocratização dos movimentos sociais, processo que atinge suas ramificações, e como que as organizações burocráticas (formais e informais) influenciam o conjunto do movimento social. No entanto, essa contribuição é limitada devido sua base ideológica e que se restringe ao caso das organizações burocráticas (informais, que ainda estão dentro do âmbito dos movimentos sociais, e formais, que saem desse âmbito). Essa abordagem foi recusada e teve pouca influência fora dos Estados Unidos. O motivo disso é que sua centralização nas organizações (e nesse país, com maiores recursos e grau de mercantilização, burocratização, competição e conservadorismo), embora reveladora de aspectos das mesmas, encontrava resistência em lideranças e intelectuais vinculados às suas congêneres na América Latina e outros lugares (VIANA, 2017, p. 27).

### **Considerações finais**

Buscamos no presente texto fazer uma breve síntese e uma crítica concisa à abordagem institucionalista, que é uma das três principais abordagens sociológicas dos movimentos sociais, sendo hegemônica até as últimas consequências da crise do regime de acumulação conjugado. Em virtude das mutações no interior do capitalismo imperialista dos EUA, seus adeptos acabaram forçosamente revendo boa parte de suas análises e, em decorrência disso, foram aos poucos cimentando as bases da abordagem subsequente, neoinstitucionalista.

Os institucionalistas acabam por confundir as organizações com os movimentos sociais: isolando e colocando com uma única determinação para o seu surgimento, consolidação e manutenção a busca por recursos, reproduzem fielmente as bases ideológicas que lhe assentam, especialmente a escola econômica marginalista, aspectos da sociologia das organizações e alguns elementos da sociologia weberiana (racionalização, cálculo

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que no capitalismo, além das organizações burocráticas, temos o surgimento das organizações autárquicas, isto é, formas de auto-organização cujo elemento fundamental é a inexistência da cisão entre dirigentes e dirigidos no processo de tomada de decisões e fixação dos objetivos da organização.

racional, burocracia), sem maior sistematicidade ao criar um modelo que iguala organizações capitalistas e movimentos sociais.

No final, resta aos adeptos desta abordagem a defesa de uma concepção fetichizada dos movimentos sociais: estes últimos só podem ser definidos enquanto mobilizações de grupos sociais produtoras de senso de pertencimento e objetivos em virtude de insatisfação social com determinada situação social específica. Os movimentos sociais produzem diversas ramificações, sendo uma de suas principais as organizações mobilizadoras (que fazem parte do movimento social e não devem ser confundidas com ele), que como o próprio nome dá a entender são responsáveis pelas ações de mobilização em busca da consecução dos objetivos e da resolução da situação do grupo social (VIANA, 2016b).

Os movimentos sociais são fenômenos sociais específicos, que não devem ser confundido com outros fenômenos, como movimentos de classe (VIANA, 2016d), partidos políticos, empresas, que são fenômenos radicalmente distintos. Ademais, o movimento social é algo a mais que suas produções, suas ramificações, significando que manifestações, tendências, organizações não se confundem com eles: fazem parte deles, mas não resumem o movimento social.

A mobilização de um grupo social (que é determinado por características em comum, tais como características biológicas, situacionais ou culturais, e não pela sua posição na divisão do trabalho) é motivada pelas determinações específicas que geram a insatisfação social em um grupo. A mobilização cria senso de pertencimento e a busca para alcançar os objetivos e interesses do grupo. Essa é a determinação fundamental para a explicação dos movimentos sociais, de sua unidade e diversidade (VIANA, 2016c). Contudo, esta precisa ser complementada com os estudos concretos dos movimentos sociais específicos para a compreensão da inserção dos movimentos sociais na totalidade mais ampla que é a sociedade capitalista.

## **Referências**

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>

COMMAGER, Henry. *A formação do espírito norte-americano*. São Paulo: Cultrix, 1969.

GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

JENKINS, J. Craig. *La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales*. Zona Abierta, Madrid 69: 5-49, 1994. Disponível em: [http://www.fpabloiglesias.es/0\\_Resources/zona1.pdf](http://www.fpabloiglesias.es/0_Resources/zona1.pdf)

McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.) *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*. Madrid: Isto, 1996.

McCARTHY, J.; ZALD, M. *Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*. In: Revista Movimentos Sociais, Vol. 02, n° 02. jan./jul. 2017.

NUNES, C. *O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade*. Sociologia, Problemas e Práticas, 75: Lisboa, 131-147, 2014.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.

VIANA, N. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais: unidade e diversidade*. In: Revista Café com Sociologia, Vol. 05, n° 3. Ago./Dez. de 2016c.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças*. In: Revista Espaço Livre, Vol. 11, n° 22. Jul./Dez de 2016d.

\_\_\_\_\_. *Abordagens sociológicas dos movimentos sociais*. In: Revista Movimentos Sociais, Vol. 02, n° 03. Jul./Dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. *O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.